

Cientista sugere pacto para unificar os programas nucleares brasileiros

RICARDO BRUNO

Um pacto entre militares, cientistas e Governo através do qual todo o programa nuclear brasileiro seja submetido ao Congresso Nacional: a proposta, do Diretor do Coppe — Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia — da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Luís Pinguelli Rosa, é endereçada aos constituintes interessados em compatibilizar os empreendimentos na área nuclear com o crescente desejo de participação da sociedade nas decisões governamentais.

Crítico contundente da forma pela qual são encaminhadas as questões desse setor, Pinguelli defende a fusão dos dois flancos em que se divide o programa nuclear brasileiro: o civil, desenvolvido pela Nuclebrás, e o militar "ou sigiloso", sob os cuidados da Marinha e da Aeronáutica. Dessa junção resultaria um elenco de projetos, os quais, de acordo com Pinguelli, seriam submetidos, do ponto de vista técnico, a um conselho integrado por membros da comunidade científica e, em seguida, levados à apreciação do Congresso Nacional para a sua avaliação política.

Por tratar-se de uma questão relativamente recente, o relacionamento entre o cidadão e a indústria nuclear ainda não tem encaminhamento definido. No Brasil, acredita Pinguelli, o problema se agrava pelo autoritarismo dos 20 anos de regime militar. A Nova República, segundo Pinguelli, pôs em discussão apenas o braço civil do programa nuclear. A sua derivação militar, assegura, permanece "sob o manto do sigilo". Haveria justificativa para essas precauções em torno das atividades da Marinha e da Aeronáutica nesse setor.

— Houve um pacto na área militar



Pinguelli defende fusão dos flancos

Pinguelli acha que um desafio aos constituintes é democratizar decisões sobre a área nuclear

para a transição da Velha para a Nova República, o qual teria como um de seus itens a permanência do sigilo em torno do programa nuclear militar — supõe Pinguelli.

Outros fatos sugerem, segundo ele, a existência de um acordo tácito entre Governo e militares em torno de projetos nucleares. Pinguelli recorda a criação de uma comissão técnica, da qual fez parte, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio e encarregada de sugerir mudanças no sistema de proteção aos moradores

das regiões onde teoricamente poderia ocorrer um acidente nuclear.

— Duas medidas foram propostas: a democratização do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear (Sipron) e a divisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear em duas partes: uma trataria da segurança da população e outra se encarregaria do desenvolvimento científico. Mas nada foi feito — lamenta.

Pinguelli sugere outras medidas para realinhar o programa nuclear brasileiro: a conclusão apenas de Angra II e a conseqüente suspensão de Angra III; a fusão de esforços para o enriquecimento do urânio (atualmente a Nuclebrás desenvolve o método chamado jato-centrifugação enquanto a Marinha utiliza a ultracentrifugação); e a decisão de não reprocessar o urânio.

No entender de Pinguelli, não há justificativa para o País reprocessar

o urânio. A menos, ressalva, que se queira produzir a bomba. É nessa etapa do ciclo do combustível que se obtém o plutônio, matéria-prima para a confecção dos explosivos nucleares. Para o Professor, não existem justificativas, estratégicas ou não, para a decisão de se fabricar a bomba.

— A quem o Brasil poderia ameaçar obtendo a bomba: aos Estados Unidos, França, União Soviética ou Índia? Evidentemente que não. Se o argumento refere-se à Argentina, haveria outra saída. Diz-se que há necessidade de o Brasil ter a bomba para se estabelecer um equilíbrio na América Latina, já que a Argentina estaria também na iminência de chegar à bomba. Ora, mais interessante seria firmar um acordo com os argentinos para que nenhum dos dois países a fabricasse — sugere.

A conta secreta da Nuclebrás, designada com o termo cabalístico Delta Três, na opinião de Pinguelli, é evidência de que "há algo a esconder no programa nuclear brasileiro". E isso, segundo ele, "só pode estar relacionado com o braço militar do programa nuclear".

A democratização do processo decisório sobre o programa nuclear brasileiro é um desafio para a Constituinte. A instalação de uma usina nuclear em determinada área deveria, na opinião de Pinguelli, ser precedida de ampla consulta à sociedade, seja através de seus representantes nas Assembleias Legislativas seja por plebiscito.

Para Pinguelli, aos constituintes caberá definir se o programa nuclear brasileiro deve ou não prosseguir na rota atual: se novas usinas devem ser construídas, se as Forças Armadas podem ou não desenvolver um programa paralelo e sigiloso, se a Nuclebrás deve ou não reprocessar o urânio, se a bomba deve ou não ser fabricada. Enfim, diz ele, se a sociedade deve participar ou permanecer alijada.